



Estrada da Barra da Tijuca • 777 • Barra da Tijuca
Cep.: 22611-201 • Rio de Janeiro • RJ
Tel.: (21) 2494-2121 R 104
www.mbc.com.br / @mbc_clube

MARINA BARRA CLUBE

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011



MARINA BARRA CLUBE
BALANÇO PATRIMONIAL REFERENTE AO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

A T I V O

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
ATIVO CIRCULANTE	<u>3.279.210,10</u>	<u>2.655.765,29</u>
Caixa e Equivalente de Caixa	2.455.424,30	1.895.716,45
Contas a Receber	453.333,75	344.639,50
Estoques	75.423,34	72.018,58
Adiantamento Diversos	149.535,93	140.160,42
Titulos Patrimoniais	67.400,00	113.144,80
Outros Créditos	35.961,38	28.126,11
Despesas Antecipadas	42.131,40	61.959,43
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	<u>17.487.591,54</u>	<u>16.180.138,01</u>
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	<u>2.160.879,59</u>	<u>1.159.462,76</u>
Depósitos Judiciais	2.160.879,59	1.159.462,76
IMOBILIZADO	<u>15.299.367,30</u>	<u>14.987.752,42</u>
Imobilizado	15.299.367,30	14.987.752,42
INTANGÍVEL	<u>27.344,65</u>	<u>32.922,83</u>
Intangível	27.344,65	32.922,83
TOTAL DO ATIVO	<u><u>20.766.801,64</u></u>	<u><u>18.835.903,30</u></u>

MARINA BARRA CLUBE
BALANÇO PATRIMONIAL REFERENTE AO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

P A S S I V O

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
PASSIVO CIRCULANTE	<u>3.320.866,98</u>	<u>2.086.281,80</u> (reclassificado)
Fornecedores	2.349.282,79	1.258.079,42
Tributos e Contribuições a Recolher	180.272,05	162.247,63
Obrigações Trabalhistas	540.255,38	472.969,50
Adiantamentos de Sócios	233.884,48	146.070,24
Outras Contas a Pagar	17.172,28	46.915,01
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	<u>18.829.045,55</u>	<u>17.207.874,63</u>
Provisão para Contingências	18.829.045,55	17.207.874,63
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>-1.383.110,89</u>	<u>-458.253,13</u>
Patrimônio Social	7.727.030,96	7.786.406,15
Reserva de Lucro	3.085,00	3.085,00
Resultados Acumulados	-9.113.226,85	-8.247.744,28
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>20.766.801,64</u></u>	<u><u>18.835.903,30</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MARINA BARRA CLUBE
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

	2011	2010
RECEITAS	14.134.966,44	12.379.385,86
Taxa Estatutárias	10.939.753,43	9.564.806,07
Taxa de Investimentos e Obras	573.038,88	430.244,50
Taxa da Náutica	188.135,52	180.354,48
Provisões Taxas Vencidas	30.252,53	24.116,57
Titulos Patrimoniais	133.600,00	138.164,80
Receitas com Serviços Prestados		
Concessões e Instalações	202.496,13	226.599,07
Cursos e Aulas	1.140.471,76	1.075.185,05
Sociais	195.201,00	144.861,45
Reembolso de Serviços Prestados	217.596,53	213.843,42
Receitas Eventuais		
Recuperação de Despesas	-	-
Custeio	430.912,05	330.570,53
Objetos Sociais	38.117,64	46.763,80
Outras Receitas	45.390,97	3.876,12
DESPESAS	-13.327.093,76	-12.400.509,82
Despesa de Pessoal	-7.012.842,74	-6.411.082,12
Despesa com Material	-859.494,22	-893.244,24
Despesas com Serviços de Terceiros	-794.573,81	-756.172,62
Despesas Gerais	-3.043.625,60	-2.400.730,14
Despesas Tributárias	-227.875,42	-627.006,69
Despesa com Depreciação	-807.862,01	-764.269,51
Despesas Financeiras Líquidas	-551.285,36	-548.004,50
Outras Despesas	-29.534,60	-
SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO	807.872,68	-21.123,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MARINA BARRA CLUBE
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

Descrição	Patrimônio Social		Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Total
	Titulos	Titulos Cancelados			
Saldos em 31 de dezembro de 2009	7.954.115,62	-164.853,41	3.085,00	-7.937.446,40	-145.099,19
Titulos Cancelados durante o Exercício	-	-2.856,06	-	-	-
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	17.756,02	17.756,02
Atualização da Cobrança do INSS	-	-	-	1.537.040,22	1.537.040,22
Atualização da Cobrança do IPTU	-	-	-	-1.843.970,16	-1.843.970,16
Superavit do Exercício	-	-	-	-21.123,96	-21.123,96
Saldos em 31 de dezembro de 2010	7.954.115,62	-167.709,47	3.085,00	-8.247.744,28	-458.253,13
Titulos Cancelados durante o Exercício	-	-59.375,19	-	-	-59.375,19
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	504,34	504,34
Reversão Auto Infração - INSS	-	-	-	-	-
Atualização da Cobrança do INSS	-	-	-	-22.121,44	-22.121,44
Atualização da Cobrança do IPTU	-	-	-	-1.651.738,15	-1.651.738,15
Superavit do Exercício	-	-	-	807.872,68	807.872,68
Saldos em 31 de dezembro de 2011	7.954.115,62	-227.084,66	3.085,00	-9.113.226,85	-1.383.110,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MARINA BARRA CLUBE
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Superavit /Deficit do Exercício	807.872,68	-21.123,96
Depreciação / Amortização	807.862,01	764.269,51
Provisões Operacionais	<u>1.688.456,80</u>	<u>676.771,26</u>
	3.304.191,49	1.419.916,81
Variações em Ativos e Passivos:		
Contas a Receber	-108.694,25	172.921,93
Adiantamentos	-9.375,51	-91.413,58
Estoques	-3.404,76	-14.656,63
Depositos Judiciais	-1.001.416,83	-416.475,56
Outros Ativos	57.737,56	10.906,89
Fornecedores	1.091.203,37	381.208,17
Tributos e Contribuições a Recolher	18.024,42	16.127,45
Outros Passivos	<u>-1.674.658,93</u>	<u>-171.033,22</u>
	<u>1.673.606,56</u>	<u>1.307.502,26</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO:		
Varição do Imobilizado	-1.111.009,21	-925.116,88
Varição do Intangível	<u>-2.889,50</u>	<u>-11.553,60</u>
	<u>-1.113.898,71</u>	<u>-936.670,48</u>
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	<u>559.707,85</u>	<u>370.831,78</u>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INICIO DO EXERCÍCIO	1.895.716,45	1.524.884,67
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	2.455.424,30	1.895.716,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MARINA BARRA CLUBE
 NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Nota 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Marina Barra Clube é uma associação civil sem fim lucrativo fundada em 1982, e inaugurada em 20 de janeiro de 1984, e tem por finalidade proporcionar aos seus associados o lazer, a prática de esportes e promover reuniões de caráter cívico, social e cultural.

Nota 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Nota 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Apuração do Resultado do exercício

O superávit/deficit é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b) Instrumentos Financeiros

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, caixa e

equivalentes de caixa e contas a receber, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os valores de realização desses instrumentos financeiros são iguais aos seus valores de mercado.

c) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Associação revisa as estimativas pelo menos anualmente.

d) Estoques

É demonstrado ao custo médio de aquisição, que não se excede o valor de mercado.

e) Imobilizado

Está demonstrado ao custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil estimado dos bens, conforme mencionado na Nota 8.

f) Intangível

Está demonstrado ao custo histórico de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, limitados ao prazo de cinco anos.

g) Passivo Circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
Por ser uma Associação sem fins lucrativos, está isenta da obrigatoriedade de pagamento destes tributos.

Nota 4 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Em 31 de dezembro, as disponibilidades estavam representadas como segue:

(a) As aplicações financeiras referem-se, em 31 de dezembro de 2011, a aplicações em Certificado de Depósitos Interbancário no Banco Bradesco, Banco Santander e Caixa Econômica Federal.

Nota 5 – CONTAS A RECEBER

O Contas a Receber referem-se às taxas de manutenção de associados, contribuição de obra e de contas de serviços utilizados pelos sócios durante o mês, nos diversos departamentos do Clube, acrescidas de multa por atraso incorrida.

Nota 6 – ESTOQUE

Os estoques estão representados basicamente por material para consumo.

Nota 7 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo da conta Depósitos Judiciais está composto da seguinte forma:

Descrição	2011 R\$	2010 R\$
Área Trabalhista	35.535,87	53.616,37
LIGHT	942.729,15	669.850,39
SPU	103.849,13	103.849,13
CEDAE	974.835,32	252.049,89
Outros	103.930,12	80.096,98
Total	2.160.879,59	1.159.462,76

Foi interposto recurso para todos os processos acima e encontram-se pendentes de decisão.

Nota 8 – IMOBILIZADO

Os saldos do ativo imobilizado, em 31 de dezembro, estavam apresentados como segue:

	2011				2010
	Taxa Anual Depreciação	Custos	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Sede					
Terrenos	-	4.888.261,57	-	4.888.261,57	4.888.261,57
Edificações	4%	7.693.286,25	6.738.510,37	954.775,88	1.262.507,60
Máquinas de Escritório	10%	15.190,16	14.861,44	328,72	456,64
Equipamento Informática	20%	239.546,00	157.494,27	82.051,73	89.140,44
Equip. de Comunicação	10%	67.845,76	51.788,99	16.056,77	17.612,73
Máquinas e Equipamentos	10%	1.142.189,13	575.996,65	566.192,48	323.803,53
Móveis e Utensílios	10%	870.434,93	462.830,88	407.604,05	231.048,89
Instalações	10%	214.417,92	179.795,77	34.622,15	45.252,77
Benfeitorias	20%	1.331.013,98	129.918,99	1.201.094,99	688.653,69
Concessões Telefônicas	-	3.200,00	-	3.200,00	3.200,00
Obras de Arte	-	23.221,20	-	23.221,20	23.221,20
Obras em Andamento	-	543.257,06	-	543.257,06	642.888,15
Ilha					
Terrenos	-	735.000,00	-	735.000,00	735.000,00
Edificações	4%	5.958.193,18	632.658,64	5.325.534,54	5.563.862,34
Equipamento Informática	20%	5.489,69	3.461,78	2.027,91	2.203,03
Equip. de Comunicação	10%	1.184,90	740,04	444,86	354,08
Máquinas e Equipamentos	10%	522.418,61	140.994,16	381.424,45	429.749,57
Móveis e Utensílios	10%	57.663,26	19.738,86	37.924,40	40.536,19
Benfeitorias	20%	97.977,49	1.632,95	96.344,54	-
Obras em Andamento	-	-	-	-	-
Total		24.409.791,09	9.110.423,79	15.299.367,30	14.987.752,42

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (“impairment”) conforme definido na norma CPC nº 01 é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2011 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

Nota 9 – INTANGÍVEL

O ativo intangível está representado basicamente pelos softwares e marcas e patentes utilizados pelo Clube.

Nota 10 – FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores é composta da seguinte forma:

Descrição	2011 R\$	2010 R\$
Fornecedores de Materiais	198.211,45	123.934,48
Fornecedores de Serviços	232.825,88	212.256,99
Fornecedores – Depósito Judicial	1.918.245,46	921.887,95
Total	2.349.282,79	1.258.079,42

Os fornecedores em depósitos judiciais referem – se aos processos em andamento contra a LIGHT e CEDAE.

Nota 11 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo da conta Provisão para Contingência é composta da seguinte forma:

Descrição	2011 R\$	2010 R\$
Contingência - IPTU	18.048.218,90	16.553.016,42
Contingência - INSS	365.435,80	343.314,36
Contingência – SPU - ILHA	165.678,42	124.258,80
Contingência – SPU - MBC	249.712,43	187.285,05
Total	18.829.045,55	17.207.874,63

Periodicamente, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia e atualiza mensalmente as correções do IPTU E INSS nas provisões constituídas levando em contra partida no patrimônio líquido. Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração constituiu provisões para contingências para cobrir as perdas esperadas, classificadas como prováveis dentro dos processos em andamento.

Os valores do SPU - Secretaria do Patrimônio da União referem-se aos exercícios 2008, 2009, 2010 e 2011.

Tais valores estão sendo questionados judicialmente, quanto às dúvidas dos valores cobrados.

Nota 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social compreende os títulos sociais do Clube e os correspondentes títulos cancelados até o final do exercício.

Os principais ajustes ocorridos no exercício de 2011, contra os resultados acumulados referem-se a:

- Atualização da Dívida do IPTU e INSS
- Reversão do Auto de Infração – IPTU 2010

Nota 13 – COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Nota 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por

meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Entidade.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2011.

Philippe Lantos
Presidente Executivo

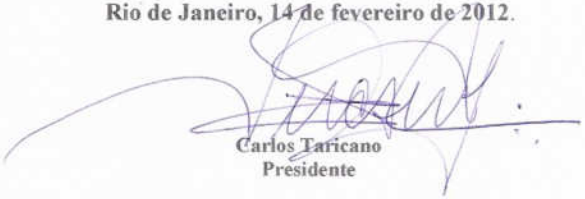
Nelson de Carvalho Brasil Filho
Diretor Adm. e Financeiro

Leida Maria de Azevedo Cavalcante
Contadora – CRC-RJ 05.5083/0-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL


Os membros do Conselho Fiscal do Marina Barra Clube, abaixo assinados, no uso das atribuições previstas no artigo 80 do Estatuto, examinaram e recomendam, a aprovação pela Assembléia Geral, do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes da Empresa Walter Heuer Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2012.


Carlos Taricano
Presidente


Antonio Alexandre Mello Ticom
Conselheiro


Luciana Araújo Padilha
Conselheira


Gisela Sarmiento Dutra
Conselheira


Sergio dos Santos Figueiredo
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Conselheiros do
MARINA BARRA CLUBE

Examinamos as demonstrações contábeis do **MARINA BARRA CLUBE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **MARINA BARRA CLUBE** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 03 de Fevereiro de 2012.

WALTER HEUER AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-SP/000234/0-6-T-RJ


GILSON MIGUEL DE BESSA MENEZES
CONTADOR CRC RJ 017511 / T-7-SP

Ref.:Relatório Resumido de Processos.

Prezados Senhores,

Em atenção ao que nos foi solicitado, segue, abaixo, relatório resumido sobre os assuntos, bem como quadro atual, dos principais processos que se encontram sob nosso patrocínio. O presente relatório foi elaborado nos exatos termos do que foi pedido, sem abordar com profundidade as teses jurídicas neles tratadas.

Com relação à questão tributária, os processos acompanhados por nosso Escritório dividem-se, basicamente, em três grandes grupos: (i) débitos municipais de IPTU; (ii) processos federais, em especial as Execuções Fiscais de débitos Previdenciários; e, por fim, (iii) os processos administrativos em âmbito municipal.

As Execuções Fiscais, em trâmite perante o Tribunal de Justiça Estadual (Grupo I), objetivando o pagamento de IPTU relativo aos exercícios de 1995, 1996 e de 1999 a 2007, montam passivo total aproximado de R\$ 16.687.508,69 (dezesesseis milhões, seiscentos e oitenta e sete mil e sessenta e nove centavos).

Desse total, entendemos como possível a redução de aproximadamente: R\$ 943.825,22 (correspondente à parcela inconstitucional do IPTU nos exercícios de 1995 e 1996); R\$ 2.764.292,61 (correspondente a parcela inconstitucional do IPTU no exercício de 1999); R\$ 6.320.989,24 (defendemos nos Embargos à Execução a prescrição do débito referente aos exercícios de 2000 e 2001).

Com relação aos demais exercícios, a possível redução do valor devido dependerá de perícia a fim de aferir o valor venal do imóvel, motivo pelo qual não podemos precisar qualquer redução.

Cumpre salientar, ainda, que o débito referente ao exercício de 2005 é objeto de parcelamento em 84 vezes.

Sendo assim, acreditamos que será possível a redução de aproximadamente R\$ 10.029.107,07 do valor total acima mencionado.

No concernente aos processos em âmbito federal (grupo II), certo é que tratam-se de débitos previdenciários que perfazem um passivo de aproximadamente R\$ 2.450.644,44.

Destacamos que desta quantia R\$ 1.684.948,63 já foram desconstituídos tendo em vista que a cobrança encontrava-se prescrita. Nesse passo, entendemos como passível de redução (sob o mesmo argumento de prescrição) valores remanescentes que remontam R\$ 368.132,10.

Além disso, consideramos remota a possibilidade de redução do montante de R\$ 397.563,71 (Solidariedade decorrente da contratação de mão de obra especializada), tendo em vista que a prova pericial realizada foi desfavorável aos argumentos da empresa.

O terceiro grupo dos processos tributários refere-se àqueles administrativos, em especial ao Pedido de Isenção de IPTU em tramite perante a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Com relação a tal processo, após a decisão de 1ª instância que deferiu parcialmente a isenção pleiteada (apenas a partir do exercício de 2010), interpusemos recurso ao Coordenador da Coordenadoria de Estudos Tributários – F/CET visando o reconhecimento da isenção desde o exercício de 1999. Atualmente, aguardamos o julgamento do referido recurso.

Sendo o que se apresenta, permanecemos à disposição para prestarmos qualquer esclarecimento que se faça necessário e enviamos nossos mais Cordiais Cumprimentos,

BICHARA, BARATA, COSTA & ROCHA ADVOGADOS

Luiz Gustavo A. S. Bichara
Sandro Machado dos Reis
Matheus Corpas Froment Fernandes